

# Oposição segue tentando emplacar a anistia

Especialista destaca mais chances de projeto alternativo avançar

Por Karoline Cavalcante

Em meio à condenação do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e dos outros sete integrantes do chamado “Núcleo Crucial” da tentativa de golpe de Estado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), o campo oposicionista segue tentando emplacar o Projeto de Lei que oferece anistia ampla, geral e irrestrita — ou seja, perdão integral — aos condenados pela trama golpista e aos participantes dos ataques do dia 8 de janeiro de 2023, quando manifestantes invadiram e depredaram as sedes dos Três Poderes.

Nesta segunda-feira (15), o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos) era esperado por lideranças políticas em Brasília. O encontro serviria para articular apoio ao tema, no entanto, a viagem foi cancelada. A decisão, anunciada pelo Palácio dos Bandeirantes no fim da manhã, ocorreu sem justificativas oficiais — mas em meio a pressões políticas crescentes e repercussões negativas.

A desistência também coincidiu com a divulgação de uma pesquisa Datafolha no último sábado (13), que indica resistência da maioria da população à proposta: 54% dos brasileiros se posicionaram contra a medida, enquanto 39% se disseram favoráveis. O recuo também pode ser interpretado como tentativa de conter o desgaste provocado por recentes declarações do governador, que atacou o relator do processo da tentativa de golpe, ministro do STF Alexandre de Moraes, durante evento no 7 de Setembro, chamando-o de “tirano”.

## Articulação

Nos bastidores, a visita à capital incluía encontros com líderes do Centrão, como o



Alas oposicionistas e governistas do Congresso debatem o tema entre os partidos

presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), e o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), este último já tendo sinalizado resistências à proposta de anistia ampla.

Diante deste cenário, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) recebeu Motta, nesta segunda-feira, para um almoço no Palácio da Alvorada para reforçar a posição contrária do governo federal em relação à votação deste tema. Ao Correio da Manhã, interlocutores do chefe da Casa Baixa informaram que também entraram na pauta da reunião o PL que isenta o Imposto de Renda (IR) para quem recebe até R\$ 5 mil mensais, a Medida Provisória (MP) que amplia a tarifa social de energia elétrica, aos decretos estudados sobre a classificação de minerais como críticos e a sanção do PL Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) Digital, que dispõe sobre a proteção de crianças e de adolescentes na internet.

Mesmo com a ausência do governador de SP, a oposição

segue mobilizada. Também ao longo da tarde, Moraes autorizou a visita do presidente do Partido Liberal, Valdemar Costa Neto, e do relator do PL da anistia, Rodrigo Valadares (União-SE), à Bolsonaro — que está em prisão domiciliar preventiva enquanto aguarda o período de recursos do processo, que o sentenciou a 27 anos e três meses de prisão. No sábado, durante o quarto dia do “Rocas Festival – Pista Central”, Valdemar afirmou que precisará da ajuda do presidente do PSD, Gilberto Kassab — também secretário do governo de São Paulo — para a aprovação da pauta no Congresso Nacional.

“Na luta que nós vamos ter, que a nossa luta para recorrer, esquece Supremo, isso já acabou. Agora temos que resolver Senado e Câmara, de aprovar a anistia, e isso, nós precisamos muito do apoio do Kassab”, declarou o presidente do PL.

## Avança?

Para o cientista político Elias Tavares, a possibilidade de a anistia avançar na Câmara depende

menos da pressão da oposição e mais da estratégia de Motta. “Ele tem sido colocado contra a parede, mas pautar a anistia neste momento significaria tensionar ainda mais a relação com o Supremo”, explicou. Na avaliação de Tavares, a entrada de Tarcísio de Freitas nesse tabuleiro é um gesto político claro: “ele sinaliza ao bolsonarismo que está disposto a vestir a camisa, mas ao mesmo tempo corre o risco de associar sua imagem a uma pauta de alto desgaste”.

Caso o projeto seja pautado e aprovado na Casa Baixa, ainda restará a análise do Senado. Alcolumbre e o senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) já costumam uma alternativa mais viável: não uma anistia ampla, geral e irrestrita, mas um projeto que reduza as penas, tentando equilibrar a pressão política com a preservação da autoridade institucional do Judiciário. “Na minha avaliação, as chances desse texto alternativo são maiores, justamente por dialogar com o discurso da moderação e evitar o enfrentamento direto com o STF”, afirmou Tavares à reportagem.

# CCJ do Senado retoma votação de regulamentação de tributária

Por Gabriela Gallo

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal votará, nesta quarta-feira (17), o segundo projeto de lei complementar que regulamenta a reforma tributária (PLP 108/2024). A informação foi concedida em entrevista coletiva pelo relator da medida na Casa, senador Eduardo Braga (MDB-AM), na última semana. Em janeiro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sancionou a Lei Complementar nº 214/2025, oriunda do projeto de lei complementar 68/2024, primeiro projeto que regulamenta a reforma tributária.

Enquanto a Lei Complementar nº 214/2025 implementa de fato os novos impostos IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) e o Imposto Seletivo (IS), batizado de “imposto do pecado”, o PLP 108/2024 cria o Comitê Gestor do IBS, responsável por coordenar a distribuição do novo tributo entre estados e municípios. O governo tem pressa para aprovar e sancionar a medida ainda neste ano para que a transição da reforma comece, de fato, em 2026.

## Mudanças

O relator da medida no Senado apresentou um texto



Braga alterou regras de comitê gestor do IBS

substitutivo do que estava inicialmente sendo discutido no Congresso, mas inicialmente sem acordo. Dentre as mudanças, ele citou a criação de duas novas entidades. A primeira é uma associação pública entre o Comitê Gestor e a Receita Federal do Brasil, que terá a função de permitir a gestão compartilhada entre o IBS e a nova Contribuição sobre Bens e Serviços. Já a segunda entidade é a Câmara Nacional de Interação do Contencioso Administrativo do IBS e da CBS, que

judgará conflitos sobre normas de ambos os tributos.

Em relação ao Conselho Superior que conduzirá o Comitê Gestor, os futuros membros desse comitê passam a ter mais estabilidade no cargo. Braga retirou a previsão de que os governadores podem trocar seus representantes, assim como os prefeitos — no caso deles, por meio de voto. Os conselheiros serão representantes dos estados e municípios com mandato de quatro anos e devem ter boa reputação e experiência na área

tributária.

Ainda sobre o comitê, o relator também buscou resolver o embate entre duas associações de municípios que impediu a criação temporária do Comitê Gestor em 2025, necessária para permitir os testes dos novos impostos em 2026. No novo texto, excepcionalmente neste ano, a Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos (FNP) indicará 13 representantes dos municípios. Já a Confederação Nacional de Municípios (CNM) será responsável por 14 vagas.

Nas próximas eleições, a FNP deverá apresentar chapas com 13 titulares, eleitos pelos prefeitos, sendo que os de municípios mais populosos terão voto de maior peso. Já a CNM será responsável por apresentar chapas com 14 pessoas, sendo que cada prefeito terá voto de igual peso. Em ambos os casos, deverá haver no mínimo duas chapas e apoio prévio de parte dos municípios.

Além disso, o Comitê Gestor será um órgão sem subordinação hierárquica a qualquer outro do poder público. As prestações de contas serão semelhantes às de órgãos como o Ministério Público e dos três Poderes, mas adaptadas às suas peculiaridades.

Com informações de Senado Notícias

# CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA



Bolsonaro: aliados reclamam de impasse

## Radicalismo bolsonarista dificulta conversas

O radicalismo e, mesmo, a teimosia da família Bolsonaro têm dificultado até mesmo a atuação do Centrão na busca de uma alternativa que viabilize alguma anistia ou redução de penas.

O impasse atrapalha as articulações em busca de uma candidatura de direita para 2026 e mina a simpatia de alguns setores com o ex-presidente.

Como ressalta um ve-

terano deputado de viés conservador, o Centrão não vive de briga, mas de soluções: procura usufruir do poder e armar planos para manter e, mesmo, aumentar seu característico toma lá-dá cá.

O grupo — uma frente heterogênea — sabe da importância de Jair Bolsonaro e dos votos que controla, mas não aceita abrir de tudo, até do futuro, em troca de sua liberdade.

## Bola pro lado

Mesmo depois de o presidente do Republicanos, Marcos Pereira (SP), declarar apoio à anistia ao lado do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, Hugo Motta (PB), presidente da Câmara, continua tocando a bola para hoje uma ida a Brasília para tratar de anistia.

## Indecisão

Favorito da direita para disputar o Planalto, o governador de São Paulo voltou a dar passos incertos. Depois de chamar o ministro Alexandre de Moraes de tirano, ele ficou em silêncio na semana passada. Ontem, adiou para hoje uma ida a Brasília para tratar de anistia.



Valdemar defendeu respeito a decisões do STF

## Falas do presidente do PL revelam discordância

Ao declarar que as condenações decididas pelo Supremo Tribunal Federal têm que ser respeitadas e que um golpe de Estado chegou a ser planejado, o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, emitiu sinais claros de discordâncias com o bolsonarismo.

Representante do PL-raiz, que nunca se comprometeu com questões

ideológicas, Costa Neto é grato a Bolsonaro por ter alavancado a bancada federal do seu partido — mas não quer morrer abraçado ao ex-presidente.

O problema, ressalta o veterano deputado, é que o bolsonarismo só sabe atuar de maneira radical. E, agora, só aceita uma solução que inclua a anistia a Bolsonaro.

## Obstáculos

A falta de apoio da maioria da população à anistia detectada pelo Datafolha, a recuperação de parte da popularidade do presidente Lula e a ameaça de novas sanções norte-americanas também complicam a adesão de setores moderados ao tudo ou nada bolsonarista.

## Fator Dino

Boa parte do Centrão quer usar a anistia também para dar um troco ao ministro Flávio Dino, que ontem estabeleceu novas restrições ao pagamento de emendas parlamentares. O problema é que o Centrão, especialista em perdas e ganhos, não pretende piorar a situação.

## Ouviu, Trump?

Em seu show, Maria Bethânia arranca aplausos entusiasmados ao cantar o samba ‘Vera Cruz’, de Xande de Pilares e Paulo César Feital. A letra, projetada no telão, diz “O meu próprio povo me conduz/ Tem que respeitar/ Chefe de outra pátria não me induz/ Quem vai me guiar”.

## Tortura

Militares do Exército, Rubens Gomes Carneiro e Antonio Waneir Pinheiro Lima, foram condenados pela Justiça Federal a indenizar a família do advogado e militante Paulo de Tarso Celestino da Silva, preso ilegalmente em 1971 e torturado na Casa da Morte, em Petrópolis.